



A representação da homoafetividade na literatura infantil a partir de *Meus dois pais*, de Walcyr Carrasco

Rayron Lennon Costa Sousa*

Diógenes Buenos Aires de Carvalho**

As estórias infantis marcam a vida de seus leitores, demarcam espaços, apresentam e problematizam situações, iluminando, progressivamente, as diversas obscuridades sociais que são descortinadas durante o processo de fruição e significação do texto literário. A literatura infantil, nessa acepção, fornece subsídios para que os leitores compreendam o mundo e a si mesmos, ao passo que, linearmente, devoram os livros. Nesse movimento, a partir de um contexto cultural cada vez mais autônomo e diverso, essa literatura atua, sob a ótica pedagógica, no trabalho com o desenvolvimento intelectual e cognitivo enquanto, paralelamente, desenvolve conhecimentos linguísticos, empreendendo processos que vão desde a (re)construção de valores à apropriação cultural, bem como a problematização do que é certo e/ou errado, considerando os contextos e as ideologias vigentes, no expediente de se discutirem valores. Desse modo, a literatura infantil tem entre seus objetivos fornecer narrativas que, direta ou indiretamente, contribuem para a constituição sociocul-

* Doutorando em Letras na Universidade Federal do Piauí (UFPI), é professor do Curso de Linguagens e Códigos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus São Bernardo.

** Professor adjunto da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), atuando na graduação e no mestrado acadêmico em Letras.

tural de seus leitores. Ademais, dependendo do que ela apresenta e/ou problematiza, seja como temática, seja como sentidos, haverá um processo de (re)direcionamento e uma abertura dos diversos mundos que constituem o imaginário sociocultural das crianças, num movimento de conjugar passado e presente.

Considerando as potencialidades da literatura infantil, objetivamos discutir, neste ensaio, a representação da homoafetividade e a problematização das escolhas individuais e das novas configurações familiares a partir da análise crítica da obra infantil *Meus dois pais*, publicado em 2010 pelo escritor e dramaturgo Walcyr Carrasco. Tal proposição se alicerça no movimento de a literatura contemporânea iniciar a inserção de narrativas que contemplem as novas tendências socioculturais, principalmente as que envolvem aqueles(as) que estiveram por tantos séculos habitando as margens da sociedade e, conseqüentemente, do universo da literatura, excluídos da tradição, via de regra, por não pertencerem à elite dominante, como, por exemplo, os negros, as mulheres, os homossexuais etc., que se (auto) inscrevem, agora, através de representações positivadas e de uma poética empreendida política e socialmente, tirando-os das posições de subserviência e colocando-os como protagonistas de suas próprias histórias, num processo de revisitação e reescrita histórica e social, bem como de (re)fundamento do cânone literário.

Assim, no tocante à natureza metodológica, a pesquisa que ensejou este ensaio é classificada como básica, precedida de revisão bibliográfica, caracterizada como análise crítica, tendo como *corpus* a obra infantil *Meus dois pais*, de autoria de Walcyr Carrasco. Como aporte teórico, recorreremos às discussões de Zilberman (2008; 2014), sobre as especificidades e potencialidades da literatura infantil; Colomer (2017), sobre os movimentos da literatura infantil e juvenil

contemporânea; e Candido (2006), sobre a relação entre a literatura e a sociedade, entre outros.

A partir das análises, conjugadas com as discussões teóricas, compreendemos a obra *Meus dois pais* como pioneira no universo da literatura infantil contemporânea no tocante à tematização da homoafetividade, por trazer para o centro das discussões as novas configurações familiares, especificamente as protagonizadas por dois homens, ao passo que sinaliza contextos e problematiza situações ao leitor infantil em processo de formação psíquica. Entendemos que esses universos circunscrevem crianças e adolescentes em casa, na escola, na rua, com a própria família e/ou com os amigos, tendo como contexto, na narrativa em análise, o processo de separação dos pais, bem como o deparar-se com as novas identidades de gênero e/ou orientação sexual assumidas pelos pais ou pelas pessoas do convívio. Portanto, trata-se de uma leitura que discute questões das mais sensíveis, considerando o público, a faixa etária, a linearidade do desenvolvimento psíquico e a dimensão social das representações, mas necessária por compreender e possibilitar o exercício da tolerância, do respeito, da aceitação e do amor entre duas pessoas, independentemente de suas identidades.

O ensaio está dividido em quatro partes. A primeira é a introdução, contextualizando e suscitando a essência do texto. A segunda apresentará os movimentos que ganham voz e vez na contemporaneidade, assim como as especificidades da leitura da literatura infantil, seus vieses e suas potencialidades, afunilando as discussões nas produções literárias e sinalizando como elas contribuem para a percepção do mundo e do próprio eu-leitor. A análise crítica do texto está na terceira parte, na qual relacionamos as discussões teóricas com a análise do texto literário, problematizando

situações e empreendendo percepções, bem como direcionando-as sob outros vieses e perspectivas teórico-analíticas. A quarta e última apresentará o afunilamento da análise crítica, principalmente no que diz respeito às suas contribuições para o universo acadêmico e da crítica literária, no campo da literatura infantil contemporânea, acerca do trabalho com os temas e as discussões sobre homoafetividade e configurações familiares.

Literatura infantil contemporânea: breves considerações

Os universos que circunscrevem a contemporaneidade têm registrado o surgimento de inúmeras questões que, secularmente, estiveram às margens e/ou silenciadas, seja pelo que representam, seja pelo simples fato de desafiarem a hegemonia ocidental (Maldonado-Torres: 2007). Nesse contexto, do ponto de vista da história, minorias étnicas e sexuais galgam seus espaços e buscam, lentamente, seus reconhecimentos através de vários mecanismos, entre eles a própria atualização da legislação vigente, a ocupação de lugares no judiciário, no legislativo e, cada vez mais, no executivo. Do ponto de vista da literatura, essas minorias assumem os protagonismos e as autorias dos textos literários sem precisarem assinar com pseudônimos e/ou pedir desculpas pela escrita, como a historiografia literária brasileira, por exemplo, registra com a primeira mulher afro-brasileira da literatura nacional, Maria Firmina dos Reis, em pleno século XIX.

Considerando esse levante de voz através de uma escrita insubmissa, bem como o reconhecimento de uma sociedade heterogênea social e culturalmente demarcada, a literatura infantil possibilita a seus leitores, através de seu viés precursor, discussões sobre inúmeras temáticas antes mesmo de serem amplamente abordadas

no âmbito social, afunilando-as em questões étnicas, de gênero, de sexualidade etc., emergentes, sensíveis e necessárias, tanto do ponto de vista da construção da psique das crianças quanto das potencialidades do texto literário infantil.

Nesse interstício discursivo, para se chegar à contemporaneidade, é necessário destacar o período entre séculos, especificamente a virada do XX para o XXI, momento em que as discussões sobre autoria feminina e literatura produzida por mulheres, por homossexuais, por negros etc. costuraram-se a um mundo que é plural, insurgente, mas que foi negado a esses grupos por um julgamento delimitador, a partir de uma única ótica, eurocêntrica, hegemônica e racista, via de regra, buscando perfeição e pureza na humanidade a partir de critérios colonialistas (Maldonado-Torres: 2007; Mignolo: 2003). Destarte, a tentativa de apagamento dessas existências ocasionou, na literatura, um mergulho nas obras tidas como clássicas pelo cânone, objetivando identificá-las e como elas foram representadas nas respectivas narrativas.

Para entender esse movimento contemporâneo de análise e crítica, entre temas, tramas e sentidos, é necessário dialogar com a história da literatura infantil, que tem sua gênese na Europa entre os séculos XII e XIX, especificamente na França e na Alemanha, resultado do reconhecimento da criança como integrante da sociedade, assumindo a identidade de leitora, o que lhe garantiu a oportunidade de acesso ao universo da literatura. No Brasil, através do reconhecimento do *status* de leitores atribuído aos infantes no final do século XIX e com maior efervescência no século XX, esse gênero literário começa a tomar corpo através dos processos de tradução e adaptação de clássicos europeus, de parte considerável do acervo de autoria dos Irmãos Grimm, Charles Perrault, Jean de

la Fontaine, precursores na tradição literária infantil e juvenil no Ocidente. Esses escritores registraram a literatura oral e folclórica de suas culturas que, posteriormente, passou a ser adaptada para outros contextos, movimento que responde consideravelmente pela idealização da mulher em condição submissa, destinada aos afazeres do lar e/ou à espera do príncipe encantado, ambos brancos, apagando toda e qualquer existência contrária ou distinta. Esse movimento se perpetuou por muito tempo, lá e cá, conforme percebemos nas discussões de Cagneti e Silva em *Literatura infantil juvenil: diálogos Brasil-África* (2013).

Nesse percurso, compreendemos a literatura infantil como um projeto para comportar uma finalidade pedagógica: instruir e distrair, especificidades que ainda hoje são enfatizadas pelas escolas e pelos manuais de ensino de literatura, segundo Paulino e Cosson, em *Letramento literário: para viver a literatura dentro e fora da escola* (2009). Todavia, para o filósofo e crítico literário Tzvetan Todorov, em *A literatura em perigo*, a obra literária excede essa noção, pois “produz um tremor de sentido, abala nosso aparato de interpretação simbólica, desperta nossa capacidade de associação e provoca um movimento cujas ondas de choque prosseguem por muito tempo depois do contato inicial” (2009, 78).

A relação entre a experiência humana e a literatura não pode ser cerceada, embora tenhamos outras questões que são interpeladas à leitura como, por exemplo, o desenvolvimento cognitivo e o envolvimento desse leitor no mundo cultural no qual está submerso, dialogando com sua própria realidade. Destarte, no tocante à recepção da obra literária e seus significados, entendemos que seus sentidos não podem ser definidos por mecanismos sociais pré-estabelecidos, embora eles exerçam uma força sobre os atos de leitura, por exemplo,

quando pensamos na leitura literária para fins de reflexão linguística. A respeito das possibilidades do literário infantil, Regina Zilberman, em *O papel da literatura na escola*, afirma que “as obras são objeto de algum tipo de acolhimento” (2008, 87).

Segundo a autora citada, as obras comportam também a função de acolhimento. Considerando essa assertiva, compreendemos que elas podem contemplar uma variedade de temáticas e de protagonismos e suas representações, sem perder de vista a essência pedagógica, tanto nos universos sociais quanto nos culturais. Para desenvolver essa discussão, podemos nos reportar a Teresa Colomer, em *Introdução à literatura infantil e juvenil atual*, que enfatiza que

a literatura para crianças e jovens deve ser, e ser vista como literatura, e que as principais funções desses textos podem se resumir a três: 1) Iniciar o acesso ao imaginário compartilhado por uma determinada sociedade. 2) Desenvolver o domínio da linguagem através das formas narrativas, poéticas e dramáticas do discurso literário. 3) Oferecer uma representação articulada do mundo que sirva como instrumento de socialização das novas gerações (2017, 19-20).

As relações que se estabelecem partindo das três acepções da autora corroboram o que se vem discutindo, no âmbito da crítica literária, como potencialidades do texto literário infantil, uma vez que esse leitor é iniciado progressivamente no mundo literário, ao passo que, paralelamente, desenvolve o domínio da linguagem e empreende processos de conscientização quando se trabalham e se significam as representações que interpelam as narrativas. Dessa forma, a literatura infantil vista como literatura de alto valor estético é uma assertiva ratificada por vários

críticos, tais como Regina Zilberman (2008; 2014), Marisa Lajolo (2001), Nelly Novaes Coelho (1991), Eliane Debus (2017), entre outros(as), já que as demais funções atreladas a ela são secundárias e não podem aniquilar a literariedade e a estética que a compõem. Ainda, quando a autora discorre sobre a iniciação ao imaginário, através do desenvolvimento da linguagem, está colocando a literatura à disposição de uma formação social, histórica, cultural e psicológica. Colomer acrescenta, posteriormente, que “a força educativa da literatura reside, precisamente, no que facilita formas e materiais para essa ampliação de possibilidades: permite estabelecer uma visão distinta sobre o mundo, pôr-se no lugar do outro” (2017, 21). Tal consideração dialoga com nossas discussões no tocante ao viés pedagógico.

A partir da assertiva que considera o lugar do outro como um lugar de trânsito(s), Jauss, em *A estética da recepção: colocações gerais* (1979), teoriza sobre a relação entre obra e leitor, discussão que pode ser encontrada, com outras especificidades, em *O demônio da teoria: literatura e senso comum* (2010), de Compagnon. Nesse contexto, Jauss apresenta essa relação como fruto de um dialogismo que não é fixo, porque segue o fluxo temporal e linear. Discute, ainda, que cada leitor interage com a obra a partir de suas experiências individuais e de seu conhecimento de mundo, pois a recepção do texto literário se inicia pelo horizonte de expectativas, ou seja, pelo que o leitor espera da leitura, de suas motivações, dúvidas e/ou objetivos. Dado esse primeiro contexto, segundo esse autor, o leitor assume a função de questionador, sob uma ótica hermenêutica, centrada em perguntas e respostas, materializando-se nas relações de dinâmicas, como resultado dos momentos de fruição literária dos leitores infantis, do acompanhamento pedagógico e da leitura nos espaços não escolares. Essa interação questionadora, via de regra, propicia ao leitor, em

contato com as produções das e sobre minorias, a (re)construção de uma percepção plural, tanto na condição de protagonistas quanto na autoria, uma vez que esse gênero literário cumpre seu papel para uma educação estética e humanizadora, conforme ratificamos nas discussões de Antonio Candido em *Literatura e sociedade* (2006).

Por ter uma função humanizadora, a literatura renova seus sentidos a cada análise. Considerando essa acepção, a literatura entrelaça ficção e realidade através de seu caráter e viés interpretativo, possibilitando ao leitor submergir-se no texto literário a ponto de colocar-se no lugar do outro, num exercício constante de empatia e de alteridade. A partir do exercício de colocar-se no lugar do outro para também conhecer a si mesmo e seus entornos, Diógenes Carvalho, em *As crianças contam as histórias: os horizontes dos leitores de diferentes classes sociais*, potencializa essa discussão ao acrescentar que, “à medida que o leitor infantil se constitui como narrador, ocupa seu lugar enquanto sujeito sócio-histórico, uma vez que ele não apenas seleciona a forma do texto, mas também um conjunto de valores ou normas sociais de sua época” (2011, 22).

As discussões ancoradas na ótica da estética da recepção, entrelaçando os horizontes de expectativas ao teor das narrativas, cuja essência é pautada na equidade, no convívio e no respeito às diferenças, contemplam, na contemporaneidade, as problemáticas sociais e objetivam contribuir para a formação de seu público leitor de forma mais empática. Sousa, em *Representação feminina afro-descendente nas obras infantojuvenis de Ana Maria Machado e Valéria Belém*, enfatiza que

a leitura infantil é iniciada e interpretada linearmente, e que o leitor se projeta na narrativa, ocupando, muitas vezes, o

lugar do narrador, e seu envolvimento com esse texto passa a ser mais intenso. Por extensão, nesse envolvimento, ele, o leitor, acaba por perceber, mesmo que superficialmente, seu lugar enquanto sujeito cultural, uma vez que o texto é constituído de identidades e ideologias, dialogando com a sua estrutura linguístico-textual e sentindo, em suas entrelinhas, o que contribui com a essência da literatura infantil, uma literatura vivida pelo leitor em inúmeras dimensões (2018, 25).

Dialogando com as considerações do autor, a projeção desse leitor infantil na narrativa reside principalmente nas imagens que, adquiridas, se juntam a tantas outras, empreendendo grandes contingentes de informações que dão sentido e processam os arquétipos sociais, individuais e/ou coletivos, uma vez que, segundo Colomer, “uma das funções da literatura infantil e juvenil é a de abrir a porta ao imaginário humano configurado pela literatura” (2017, 20). Tal abertura de horizontes deu-se, em maior escala, a partir de meados de 1970, com as mudanças sociológicas que retorceram as estruturas sociais para que respondessem aos anseios da população, bem como atendessem aos movimentos sociais que passavam a ser reconhecidos em suas dinâmicas, em suas culturas, em suas línguas, segundo Gayatri Spivak em *Pode o subalterno falar?* (2010). Nesse encaminhamento, Nelly Novaes Coelho, em *Panorama histórico da literatura infantil/juvenil*, destaca a

abertura para a formação de uma nova mentalidade, além de ser um instrumento de emoções, diversão ou prazer, desempenhada pelas histórias, mitos, lendas, poemas, con-

tos, teatro etc., criadas pela imaginação poética, ao nível da mente infantil, que objetiva a educação integral da criança, propiciando-lhe a educação humanística e ajudando-a na formação de seu próprio estilo (1991, 5).

No âmbito histórico, parte das mudanças ocorridas após a década de 1970 foram resultado das diversas manifestações oriundas dos movimentos sociais encabeçadas pelas minorias, entre elas podemos citar a do Movimento Negro Organizado, que tinha como uma das pautas a alteração da legislação. Essas ações vieram se consolidando em vários âmbitos nos últimos vinte anos e possibilitaram, dentre outras questões, a política de cotas, bem como a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na Educação Básica, conforme as leis 10.639/2003 e 11.645/2008. No que diz respeito ao movimento de resgate das produções literárias, à reescrita das narrativas oficiais e sua (re)significação, segundo Eliana Debus, em *A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens* (2017), seja como tema ou protagonismo, o que se percebe é que, em muitas narrativas, havia uma representação negativa das personagens e protagonistas e/ou um discurso contraditório sobre esses grupos.

Os grupos minoritários de representação política, historicamente marcados por viverem à margem, excluídos, subalternizados e estereotipados, inclusive, sobrevivendo de um movimento de re-existências, cabe destacar, garantiram a criminalização do racismo, seja através da injúria racial, seja através do descompasso entre brancos e negros. Outra mudança recai sobre o lugar da mulher, que durante séculos foi objetificada, *status* que vem mudando consideravelmente, porque as próprias mulheres escrevem e se (auto)representam no

mundo social e no literário, ou seja, se autorrepresentam, se auto-ficcionalizam, escrevendo sobre elas e sobre suas ancestrais, num fio condutor que rememora suas existências plurais. Movimento semelhante acontece nas discussões de gênero, especificamente, como neste ensaio, no tocante à homoafetividade, que conquistou a oficialização das relações (casamento civil) e a adoção, por exemplo, bem como tem aumentado as representatividades no Legislativo, cuja pauta é a causa LGBTQI+ e a visibilidade, além de outros espaços nunca antes cogitados, como a própria escola.

Nesse contexto de visibilidade e conquistas de direitos civis, Marisa Lajolo (2011), em *Literatura: leitores & leitura*, no que diz respeito à visibilidade das obras e à abertura dos horizontes para a leitura literária, enfatiza que a literatura infantil mudou “de cara e de endereço”, discorrendo que essas novas produções vêm questionando a tradição (o cânone), fornecendo-nos respostas sobre o que pode a literatura infantil. Seguindo essa lógica discursiva, a partir do que discute Lajolo, a contemporaneidade trouxe para o seio social os lugares, os discursos e as produções literárias escritas e inscritas por todos/todas os(as) marginalizados(as), que precisam chegar a todos os âmbitos sociais e desconstruir os estigmas associados às identidades dos que habitam as margens. Desse modo, a literatura infantil, considerando seu poder emancipatório, serve de mecanismo para a veiculação desses contextos, temáticas e protagonismos. Nesse sentido, Sousa discute que a literatura,

nas últimas décadas, [...] tem trilhado diversos caminhos. Entre eles, há os que reconhecem novos sujeitos, de novos lugares, nunca antes considerados como participantes, enquanto protagonistas ou coadjuvantes, representados

positivamente, cujas posições a escrita literária tardou em reconhecer, embora seus papéis tenham sido, e continuam sendo, de suma importância para a construção de narrativas significativas que contribuem para o universo imaginário e/ou realístico da literatura brasileira contemporânea (2018, 52).

A partir do exposto pelo autor, a contemporaneidade tem reconhecido novos sujeitos que re-existiram nas margens e foram historicamente representados negativamente, cujas narrativas protagonizadas por esses/essas estão cada vez mais presentes em nosso meio editorial. No eixo dessa discussão, no tocante às mudanças percebidas na contemporaneidade, Colomer enfatiza que, “em todo este período, os valores transmitidos pelos livros mudaram substancialmente; [...] o mundo refletido nas obras atualizou sua imagem para fazê-la corresponder às mudanças sociológicas e com as novas preocupações sociais” (2017, 189).

As mudanças sociológicas, as novas representações sociais, o rompimento lento com o patriarcalismo, a descentralização cultural e intelectual eurocêntrica fazem com que reconheçamos novas vozes, segundo Leyla Perrone-Moisés (2016), em *Mutações da literatura do século XXI*. Por outro lado, possibilitam o acesso às obras que representam os substratos de um país que luta para ter sua própria identidade considerada em suas pluralidades. Na literatura infantil, as representações que se iniciaram nas últimas décadas do século XX, com escritores(as) preocupados(as) com a formação desse público, ganharam força e foram se estendendo, ao passo que outros(as) escritores(as) surgiam com os mesmos objetivos, escrevendo, se inscrevendo e inscrevendo o outro, o que pressionou as editoras a

diversificarem as produções, ampliando os aceites e possibilitando que novas vozes fossem ouvidas/publicadas. No tocante às supressões interpeladas aos leitores, Caio Meira, em prólogo ao livro *A literatura em perigo*, de Todorov, afirma:

para que o próprio leitor não morra como leitor, a arte poética e ficcional deve ser apresentada em primeiro lugar em seu estranho poder imprevisito, encantador, emocionante, de forma a criar raízes profundas o suficiente para que nenhum corte analítico ou metodológico venha a podar sua presença criadora, para que nenhuma de suas partes essenciais seja amputada antes que ela aprenda a se mover e nos acompanhe pelos sentidos que damos à vida, à medida que vivemos (2009, 12).

A partir do que o autor considera como mecanismos necessários para a fruição e significação do texto literário pelos leitores infantis, o movimento é de a literatura e seu caráter de imprevisibilidade serem compreendidos em suas dinâmicas, em seus temas e, conseqüentemente, na produção de seus sentidos. Sob esse aspecto, recordamos de Ziraldo Alves Pinto, com *Flicts* (1969), e Ana Maria Machado, com *Menina bonita do laço de fita* (1986), por serem precursores de temáticas contemporâneas ao inserirem em posições de protagonistas crianças negras pertencidas de suas identidades étnicas e raciais. No tocante a *Flicts*, o protagonista não se reconhece nos padrões sociais e se sente deslocado. Para Zilberman, em *Como e por que ler literatura infantil brasileira*, *Flicts* “é um texto sobre a exclusão, já que o protagonista do título não encontra um lugar para ele: ‘Não existe no mundo nada que seja *Flicts*’” (2014, 69). No

tocante a *Menina bonita do laço de fita*, a mesma autora afirma que a obra “revelava igualmente que era hora de se fazer uma nova história, [...] uma aventura inovadora e plena de desafios” (p. 55).

No universo das questões de gênero e do feminismo, temos *História meio ao contrário*, de Ana Maria Machado; *Procurando firme*, de Ruth Rocha, e *A bolsa amarela*, de Lygia Bojunga, cujas narrativas representam a mulher positivada, empoderada socialmente, objetivando a busca pela equidade numa sociedade que ainda é refém do patriarcado, segundo Dória, que acrescenta o fato de tais obras possibilitarem o empreendimento de “estimular reflexões, questionamentos, e não simplesmente a sua visão” (2008, 19).

Sob a ótica da sexualidade e suas variantes, podemos citar *O amor não escolhe sexo*, de Giselda Laporta Nicolelis, *A caderneta*, de Baltasar Lopes, e *O menino que brincava de ser*, de Georgina da Costa Martins, que representam, na literatura infantil, contextos sociais e psicológicos dos protagonistas que se sentem e se veem diferentes. Essa autocompreensão se dá por não seguirem e/ou representarem a estrutura heteronormativa. A leitura dessas narrativas possibilita às crianças a desconstrução de uma visão unilateral sobre a existência de apenas uma orientação sexual ou a definição das identidades em feminino e masculino/homem e mulher.

Tal discussão pode ser enriquecida com o que Zilberman discorre sobre o surgimento do campo de investigação dos Estudos Culturais e suas implicações no universo da literatura:

O aparecimento dos Estudos Culturais e a sua consolidação na universidade sinalizam não apenas o novo olhar posto sobre a cultura, mas as modificações por que essa passou no trânsito do século XX para o XXI. A ruptura das fronteiras

entre o centro e a periferia, o erudito e o popular, entre a “alta literatura” e o pop, entre o clássico e o fashion, o rural e o urbano, determinou certa euforia que vigora nos meios tanto acadêmicos, quanto artísticos (2008, 14).

Os avanços, refletidos diretamente nas formas de perceber o mundo e a si mesmo(a), advindos dos estudos culturais e das epistemologias decoloniais, que se propuseram/propõem a analisar os contextos a partir de outras bases e categorias teóricas não eurocentradas, servem de norte para revisitarmos a historiografia literária infantil, objetivando refletir acerca das identificações dos(as) protagonistas com os contextos sociais vigentes, para (re)fundar o cânone literário infantil a partir do reconhecimento das identidades de gênero, das novas configurações familiares e demais pluralidades, que são identificadas no cotidiano e pairam no imaginário coletivo, principalmente no movimento de desconstrução das padronizações impostas na tradição literária, tendo o cânone como materialidade que possibilita uma crítica das supremacias étnicas, raciais, de gênero etc. Tal assertiva não pode ser desconsiderada, principalmente quando pensamos na literatura de expressão nacional, tampouco se pensarmos que as crianças precisam se constituir a partir da tomada de consciência sobre as pluralidades que integram suas culturas. Diante desse contexto, Sousa discorre:

É partindo de uma proposta dialógica, entre a experiência com o texto literário e o encontrar-se nesse universo, que esses leitores, crianças e adolescentes, irão se constituindo a partir de posições que o texto propicia ou de outras já ocupadas na pirâmide social (2018, 83).

As posições que o autor destaca se dão a partir da experiência com o texto literário infantil contemporâneo, pois é impossível, nos dias atuais, apagar as existências de mulheres que escrevem, de afrodescendentes que a cada dia galgam novos espaços de prestígio social, de homossexuais, indígenas, periféricos etc. que a todo momento buscam (re)construir representações positivas em detrimento de arquétipos pejorativos e depreciativos enraizados historicamente. Assim sendo, o movimento das representações positivadas encontram justificativa em Jauss, em *A história da literatura como provocação à teoria literária*, pois para ele “o horizonte de expectativa de uma obra, que assim se pode reconstruir, torna possível determinar seu caráter artístico a partir do modo e do grau segundo o qual ela produz seu efeito sobre um suposto público” (1994, 31). Podemos inferir que os leitores processam as informações representadas no e através do texto literário e começam a pensar o mundo sob outras perspectivas.

Portanto, pensar a literatura infantil contemporânea é problematizar e refletir suas questões, desde os temas aos sentidos que produzem em seus leitores, considerando os avanços e supressões que vêm desde o cânone às tendências contemporâneas, principalmente no que diz respeito à importância dessas narrativas na desconstrução de estigmas associados às identidades de gênero, homoafetivas etc., cujas tematizações e trajetórias ratificam a importância de cada sujeito(a) na constituição de uma sociedade pautada no princípio da equidade e nas instâncias da alteridade e da diversidade como processos de humanização através do texto literário, submersa nos universos culturais do Outro, que ao mesmo tempo sou eu mesmo, objetivando, assim, romper com pré-conceitos e arquétipos que tentam a todo preço apagar as existências desses grupos em prol da manutenção do colonialismo.

Novas configurações familiares em *Meus dois pais*, de Walcyr Carrasco

A literatura infantil contemporânea apresenta a seus leitores um universo repleto de temáticas, cujos protagonismos são oriundos das mais diversas culturas, (auto)pertencidos a diversas identidades e integrantes de constituições familiares que rompem com a heteronormatividade. O público leitor infantil é, por essência, um dos mais questionadores sobre o mundo e as coisas, tais como se apresentam e se constituem. Nesse contexto, é importante discutir a relação entre Literatura e Direito no tocante às garantias civis de cada cidadão, objetivando analisar o lugar da homoafetividade, tanto no gênero literário quanto na sociedade, enfatizando as escolhas individuais e as novas configurações familiares, a partir de uma análise crítica do texto literário dotado de significações.

Assim sendo, optamos por uma narrativa que abordasse o relacionamento homoafetivo em virtude de ser essa uma discussão ainda muito distante de nossos(as) alunos(as) na posição de leitores(as) infantis. É importante ratificar que a contemporaneidade traz à tona tais questões, por vezes de forma deturpada e/ou superficial. A partir dessa assertiva, justificamos a proposta a partir do contingente, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, datado de 2010, de famílias homoafetivas que já somam mais de 60 mil, sendo 53,8% delas formadas por mulheres, parcela mínima quando comparada com o contingente de famílias heterossexuais, mas que já demarca o início de um processo que só tende a crescer no Brasil. Vale destacar, enquanto conquista das militâncias, que grande parte desse cenário é resultado das políticas públicas e dos movimentos sociais organizados.

No que concerne às potencialidades do diálogo entre Literatura e Direito, Vera Karan Chueiri, em *Direito e literatura*, discorre que:

Direito e Literatura é um novo campo de possibilidades para questões formais e materiais que afligem tanto o Direito quanto a Literatura. Porém, no campo da crítica do Direito, incorpora às demandas políticas e éticas de reconstrução de um mundo mais igualitário e justo a sensibilidade estética do gosto literário (2006, 235).

A reconstrução de um mundo mais justo, pautado nos princípios da equidade, pode ser viabilizado através da literatura infantil, considerando seus vieses, pois a narrativa, para além dos efeitos estéticos, serve de mecanismo de ruptura e de veiculação para um leque amplo de temas, tramas e sentidos. Nesse contexto, a obra *Meus dois pais*, do escritor Walcyrr Carrasco, publicada em 2010 e ilustrada pelo francês Laurent Cardon, narra o dilema de uma criança, Naldo, fruto de um relacionamento heterossexual, que, no transcorrer da narrativa, vivencia a separação dos pais. Essa situação se intercala com a mudança de domicílio da mãe para outra cidade, em virtude de uma promoção no trabalho. O contexto da mudança da mãe, involuntária ao filho, resulta na mudança dele para a casa do pai, o qual vivencia um relacionamento homoafetivo com Celso, que acaba sendo o clímax entre pai e filho e direcionando a narrativa para refletirmos sobre a existência de novas configurações familiares, bem como sobre o processo de aceitação de um relacionamento homoafetivo pela criança.

A obra, inicialmente, situa-nos num contexto comum a todos: uma família constituída por uma mãe e por um pai, casados, e um filho. Até esse momento, a narrativa seguia o conceito de família sacralizado pela sociedade. Dado esse contexto, considerando que a concepção de família, contemporaneamente, é formada por vínculos afetivos e não sexuais, muitos são os entraves enfrentados por casais homoafetivos. Assim, para a jurista Maria Berenice Dias,

as relações homossexuais se tornaram alvo do preconceito e do repúdio social. A mais chocante consequência da exclusão no âmbito jurídico é a absoluta invisibilidade a que são condenados os vínculos afetivos, cujo único diferencial decorre do fato de serem constituídos por pessoas de igual sexo (s/d, 1).

Tendo como base essa discussão, é importante reconhecer a liberdade de cada indivíduo, independentemente de sua orientação sexual. A invisibilidade jurídica faz com que a cada momento se torne noticiada como fato extraordinário a adoção de criança por um casal homoafetivo, por exemplo, considerado o cenário de exclusão, preconceitos e estigmas associados. A ação vira notícia porque infelizmente é uma realidade pouco conhecida e vivenciada, tendo em vista as dezenas de milhares de processos parados nos Tribunais de Justiça pelo país, cujas crianças esperam a sentença de adoção em cenários cada vez mais difíceis, sem o devido cuidado, carinho e disposição de que necessitam para evoluírem física e psiquicamente. Esse contexto denuncia o atraso e a ineficiência tanto do Estado quanto da jurisprudência no tocante à agilidade dos trâmites e à conclusão do processo. Essa discussão torna-se necessária para refletirmos sobre

a invisibilidade das relações homoafetivas e os direitos civis que não são garantidos pelo Estado.

Na narrativa em análise, o pai de Naldo cozinhava muito mal, mas o amigo, Celso, cozinhava bem e encantava a todos com sua culinária. Desde o primeiro contato, Celso foi o responsável por atender a todos os desejos e fazer as mais diversas guloseimas para o menino, encantando-o de todas as formas. Ele só não imaginava que a relação do pai com Celso ultrapassava o vínculo de amizade. No percurso, a convivência dele com o pai e com Celso era alegre e feliz. Os dois sempre passeavam com o menino e estavam presentes nas reuniões de pais na escola. Essas situações provocavam vários comentários depreciativos e homofóbicos por parte dos pais dos coleguinhos e, conseqüentemente, resultavam em sanções às crianças, que foram proibidas de visitar Naldo, como percebemos no fragmento:

– Minha mãe me proibiu de ir no seu apartamento – disse o Fê.

Fiquei chateado. Quis saber o motivo.

– É por causa do seu pai.

O Fê se afastou sem querer falar muito. Fui atrás.

– O que o meu pai tem de errado?

Os dois ficaram sem jeito, até que o Fê disparou:

– Seu pai é gay, Naldo! (Carrasco: 2010, 21)

A partir do excerto, depreendemos que o protagonista, ao tomar conhecimento da orientação sexual do pai por um dos colegas, tem seu mundo destruído. Tudo começa a fazer sentido para Naldo: o fato de Celso sempre ir às reuniões da escola, bem como

o fato de os dois dormirem no mesmo quarto. O menino se lembra das conversas soltas da mãe e, principalmente, da avó homofóbica. Nessa confusão mental, todos os relatos se encaixam e fazem com que Naldo se rebelde, deixe a casa do pai e vá morar com a avó, sem oportunizar ao pai e ao namorado, Celso, uma conversa para um possível entendimento.

No contexto apresentado pelo texto literário, vale salientar que tanto os pais como os próprios alunos fazem parte de um ideal que não admite outra formação familiar, senão a heteronormativa. A inoportunidade, através dos olhares estranhos dos pais para com Naldo e Celso, bem como as conversinhas dos coleguinhos ratificam uma cultura de injúria, especificamente voltada para o viés sexual, arquétipos e estigmas associados que se utilizam para justificar as depreciações e inferiorizar as relações homoafetivas, preconceitos que, via de regra, são transmitidos de geração a geração, num círculo vicioso de fortalecimento da homofobia. No tocante à depreciação e às injúrias, que contribuem diretamente para a manutenção da homofobia, trazemos para a discussão a Constituição Federal, comentada por Dias na citação abaixo, para pensar que, embora todos tenham os mesmos direitos, estes não são garantidos na prática:

Os princípios da igualdade e da liberdade estão consagrados já no preâmbulo da norma maior do ordenamento jurídico, ao conceder proteção a todos, vedar discriminação e preconceitos por motivo de origem, raça, sexo ou idade, assegurando “o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos” (s/d, 4).

A partir do exposto pela autora, entendemos que não há respaldo jurídico para as diversas manifestações homofóbicas. Entretanto, apesar de os movimentos contemporâneos atuarem fortemente no sentido de combate, muitas situações que ainda são “normalizadas” ferem crianças e adolescentes que vivenciam em seus cotidianos contextos que corporificam as nossas discussões, ficando reféns e aprisionando-se em um mundo intimista e conflituoso. É nesse sentido que a literatura, enquanto estância visionária, atua, desmitificando e combatendo direta ou indiretamente esses juízos de valores hegemônicos, trazendo à tona as pluralidades e representando-as positivamente.

Paralelamente a essa discussão, sobre o poder da literatura em subsidiar e aguçar em seus leitores uma criticidade, fazendo-os refletir e, conseqüentemente, combater as desigualdades, Zilberman pontua que “livros lidos na infância permanecem na memória do adolescente e do adulto, responsáveis que foram por bons momentos aos quais as pessoas não cansam de regressar” (2014, 9). O regresso a que se refere a autora, embora designado a bons momentos que foram, caem na subjetividade, pois a literatura como humanizadora cumpre seu papel quando faz com que os leitores percebam o outro, o contexto e a si próprios num emaranhado dialógico e culturalmente situado. Essa assertiva dialoga com as considerações de Candido (2006), quando a literatura se entrelaça com a sociedade e causa uma reflexão humanizadora.

O protagonista, Naldo, começa a sentir saudades da vida na casa do pai, mas não admite. Lembra-se do que os pais dos coleguinhas cochichavam. Nessa dualidade, o menino vai percebendo gradativamente que as diferenças não são ruins, elas existem e precisam ser entendidas em seus devidos contextos. Seguindo o

percurso narrativo, fica explícito que a mãe é a responsável pelo início de tomada de consciência do menino em vários momentos da narrativa: “– A gente precisa conversar. Seu pai tem sofrido muito por sua causa [...] ele é seu pai. Adora você. Se você gostar dele, precisa respeitar o jeito de ele ser” (Carrasco: 2010, 28; 30).

A figura da mãe é muito presente e importante no processo de conscientização de Naldo. “A mamãe falou bastante. Explicou que muitos homens e mulheres são assim: amam seus iguais. E têm relacionamentos tão bonitos como os entre um homem e uma mulher, que são mais comuns” (p. 30). Partindo desse fragmento, entendemos o lugar dos pais e da família, de maneira geral, no processo de conscientização dos filhos, ao passo que, progressivamente, vão sendo introduzidos temas complexos e exemplos, para que entendam a partir de suas próprias óticas:

– Se eu morar com eles, vou ser igual ao meu pai?

A mamãe riu.

– Naldo, pense bem. Seu pai foi criado por um casal formado por um homem e uma mulher. A maioria dos gays veio de lares tradicionais. Seja qual for o seu caminho, nunca tenha medo. Seja feliz, é isso que importa (p. 33).

O turbilhão de informações e *flashs* de memórias do protagonista fizeram com que ele aceitasse o pai e Celso como “meus dois pais”, justamente na ocasião de seu aniversário, no momento em que os dois pais chegam com o que faltava para a festa – o bolo, e assim ceiam juntos superando todos os mal-entendidos, desde o processo de descobrimento do relacionamento dos dois pais até as recusas do menino: “E, com o coração batendo bem forte de tanta

felicidade, eu descobri que o mais importante era ter uma família que me amava” (p. 36).

Naldo finaliza a narrativa com uma reflexão que é a resenha de todos os relacionamentos homoafetivos: independente das diferenças, o amor existe e é verdadeiro. Diante desse final, a narrativa consegue apresentar aos leitores infantis a diversidade presente, especificamente as novas configurações familiares, a partir de um processo de discussão que perpassa as crises existenciais e resulta no amor. O resultado é a felicidade, independentemente dos arquétipos que ainda lutam para se justificar. Essa situação deixa subtendido que as diferentes configurações familiares, ao contrário do que é veiculado socialmente, não precisam ser formadas por um pai e por uma mãe, mas por dois pais, duas mães, pai ou mãe separados, e pais (mãe e pai) juntos, sendo o afeto o laço que constitui os vínculos afetivos.

A partir dessas assertivas, identificamos que a literatura atua no sentido de (re)construir uma consciência crítica para a discussão sobre a homoafetividade. E o gênero infantil, especialmente por trabalhar com o desenvolvimento da psique e com o imaginário, é o espaço ideal para que apresentemos as inúmeras constituições familiares, objetivando a superação de preconceitos e a quebra de arquétipos disseminados na sociedade que, via de regra, retalha o que difere dos ideais para um determinado grupo em detrimento dos direitos adquiridos da coletividade e, quando os apresenta, representa negativamente. Nesse ínterim, quanto às garantias civis de todos os cidadãos e à proibição de qualquer injustiça que fra os direitos do outro, a literatura infantil tem a potencialidade de atuar no sentido de informar seu público leitor sobre as existências das pluralidades, que pode diferir do que se prega em seus micros

contextos culturais, sinalizando que a diferença não é sinônimo de negação, mas de alteridade.

Portanto, pensar a literatura infantil contemporânea é contemplar os substratos das relações socioculturais, tanto do ponto de vista estético quanto da relação entre Literatura e sociedade – e, nesta análise, com o Direito –, cujo público leitor, composto de crianças, exerça conscientemente o respeito às diferenças, galgue novos espaços sociais e se desenvolva de maneira crítica e reflexiva, (re)significando o texto literário e construindo novas concepções flexíveis acerca do mundo, das identidades plurais e das novas configurações familiares, incluindo nesse universo as relações protagonizadas por dois pais.

Considerações finais

As discussões contemporâneas que evidenciam os lugares marginalizados na sociedade e as tentativas de apagamento das existências que fogem do ultrapassado modelo de sociedade puritana, sob o domínio do colonialismo, corroboram uma ampliação do campo literário para pensarmos não somente o texto literário como potencialidade, mas a autoria feminina, afrodescendente, homossexual etc., observando nessas escritas um viés denunciativo, bem como um processo de conquista de lugares, de sensibilização para tais questões e de conscientização das pluralidades existentes.

A partir de um diálogo proximal entre a Literatura e outras áreas de conhecimento, como o Direito, nesta análise, objetivamos pensar o texto literário como mecanismo para o trabalho com questões básicas como, por exemplo, o direito à família e à vida privada, especificidades individuais garantidas pela Constituição Brasileira,

mas que, efetivamente, têm sido diariamente usurpadas por um senso comum que privilegia uma única orientação sexual, retalhando o que diverge e negando sua existência, bem como as diversas identidades de gênero que existem e são mal interpretadas porque se recorre aos estigmas que pairam sobre o senso comum. Destarte, a partir desse dialogismo, empreende-se um projeto literário-político que tem o poder de trabalhar a (re)construção de identidades plúrais, o respeito e a tolerância a todas as diversidades que compõem a sociedade brasileira.

Assim, destacamos que a obra infantil analisada neste ensaio, *Meus dois pais*, de Walcyr Carrasco, potencializa as discussões sobre os relacionamentos homoafetivos, bem como as novas constituições familiares que, contemporaneamente, têm sido reconhecidas pelo Poder Público em respeito à Constituição Federal, concomitante com o Direito Internacional que legisla sobre a temática. A partir dessas contribuições, as manifestações artísticas que contestam os lugares sociais pré-definidos, dentre elas a Literatura, reafirmam seus lugares visionários e contemplativos, ao passo que trabalham e produzem diretamente mecanismos de ruptura, contribuindo para que saiam dos lugares marginalizados e passem a escrever, protagonizar e viver suas próprias histórias, agora positivadas, sem medo.

A literatura infantil, dialogando com outras áreas, deve se articular para contemplar positivamente as temáticas contemporâneas no tocante às discussões de gênero e étnico-raciais, à autoria feminina negra, homo, trans e à homoafetividade como projeto familiar, a partir de perspectivas e temáticas que direcionam seus leitores para a (re)construção de uma psique tolerante, resguardando o lugar e as especificidades do imaginário, das subjetividades e do desenvolvimento cognitivo de seu público leitor.

Portanto, *Meus dois pais* é uma obra extremamente necessária para discutir as novas configurações familiares, principalmente por representar positivamente a relação homoafetividade e seus muitos vieses, seja como tema literário, seja como causa social. Destarte, embora a literatura não tenha o papel de definir normas e condutas, ela se situa de tal modo a colocá-las em questão, possibilitando ao leitor reflexões e, conseqüentemente, uma construção psíquica a partir de um processo crítico e reflexivo.

Referências

- CAGNETI, Sueli de Souza & SILVA, Cleber Fabiano da. *Literatura infantil juvenil: diálogos Brasil-África*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2006.
- CARRASCO, Walcyr. *Meus dois pais*. São Paulo: Ática, 2010.
- CARVALHO, Diógenes Buenos Aires de. *As crianças contam as histórias: os horizontes dos leitores de diferentes classes sociais*. Teresina: EDUFPI, 2011.
- CHUEIRI, Vera Karam de. “Direito e literatura”. In: BARRETTO, Vicente (org.). *Dicionário de filosofia do direito*. São Leopoldo: Unisinos; Rio de Janeiro: Renovar, 2006, pp. 233-5.
- COELHO, Nelly Novaes. *Panorama histórico da literatura infantil/juvenil*. São Paulo: Ática, 1991.
- COLOMER, Teresa. *Introdução à literatura infantil e juvenil atual*. Tradução de Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2017.
- COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- DEBUS, Eliane. *A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para crianças e jovens*. São Paulo: Cortez; Centro de Ciências da Educação, 2017.
- DIAS, Maria Berenice. *Família homoafetiva*. Online. S/D. Disponível em: <http://www.mariaberenice.com.br/artigos.php>. Acesso em 12/5/2019.
- DÓRIA, Antonio Sampaio. *O preconceito em foco: análise das obras literárias infantojuvenis: reflexões sobre história e cultura*. São Paulo: Paulinas, 2008.

- JAUSS, Hans Robert. “A estética da recepção: colocações gerais”. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *A literatura e o leitor: textos de estéticas da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1979.
- LAJOLO, Marisa. *Literatura: leitores & leitura*. São Paulo: Moderna, 2001.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSGOUEL, Ramón (orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.
- MIGNOLO, Walter. *Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- PAULINO, Graça & COSSON, Rildo. “Letramento literário: para viver a literatura dentro e fora da escola”. In: ZILBERMAN, Regina & RÖSING, Tania (orgs.). *Escola e leitura: velha crise, novas alternativas*. São Paulo: Global, 2009.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Mutações da literatura no século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- SOUSA, Rayron Lennon Costa Sousa. *Representação feminina afro-descendente nas obras infantojuvenis de Ana Maria Machado e Valéria Belém*. Dissertação de mestrado em Letras – Teoria Literária. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). São Luís, 2018.
- SPIVAK, Chakravorty Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2010.

TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Tradução de Cairo Meira.
Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

ZILBERMAN, Regina. *Como e por que ler literatura infantil brasileira*.
Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

_____. “O papel da literatura na escola”. *Via Atlântica*, nº 14, pp.
11-22, 2008.

Resumo

A contemporaneidade é marcada por diversos discursos que, via de regra, marginalizam e estereotipam grupos minoritários, contribuindo para a perpetuação de vários ideais como únicos: o branco, o masculino e o heteronormativo. Nesse ínterim, surgem diversas manifestações artísticas que contestam os lugares sociais pré-definidos, entre elas a literatura que, via de regra, reafirma seu lugar transgressor e visionário, ao trazer para o centro da questão as produções literárias oriundas desses grupos ou sobre eles. Nesse contexto, a literatura infantil, dialogicamente com outras áreas, como a história e a sociologia, por exemplo, deve se articular para contemplar, sob uma ótica positivada, as temáticas contemporâneas no tocante às discussões de gênero, às relações étnico-raciais, à homoafetividade etc., perspectivas que direcionam os leitores para a construção de uma psique tolerante, sobretudo, que contemple e aceite as diferentes configurações familiares, sem desconsiderar o lugar do imaginário, das subjetividades e do desenvolvimento cognitivo do público-alvo. A partir dessas questões norteadoras, objetivamos discutir, neste ensaio, a representação da homoafetividade na literatura infantil, bem como analisar a problematização das escolhas individuais e as novas configurações familiares, a partir da análise crítica de *Meus dois pais* (2010), de Walcyr Carrasco. Como aporte teórico, recorreremos às discussões de Zilberman (2008; 2014), Colomer (2017), Candido (2006) entre outros, tentando alcançar que essas discussões contemporâneas forneçam subsídios para uma formação de leitores infantis pautada na equidade e no respeito às diferenças e às novas configurações familiares homoafetivas.

Palavras-chave: literatura infantil; literatura contemporânea brasileira; homoafetividade; *Meus dois pais*.

Abstract

Contemporaneity is marked by a number of discourses, which, as a matter of course, marginalize and stereotype minority groups,

collaborating to the perpetuation of many values as the sole ones: the white, the male and the heteronormative. Meanwhile, plenty artistic manifestations come up and contest the present social contexts. Among them there is Literature, which, as a general rule, asserts its transgressive and visionary position, bringing into discussion the literary productions that arise from these groups or about them. In this scenario, Children's Literature, alongside other subject areas like History and Sociology for example, must include, under a positive aspect, the contemporary themes when it comes to gender discussions, ethnic-racial relations, homoaffectiveness, etc. These perspectives teach readers to develop a lenient psyche, friendly to different family structures, without disregarding the place of the imaginary, the subjectivity and the cognitive development of the target audience. With these guidelines in view, we aim to discuss the depiction of homoaffectiveness in Children's Literature, as well as analyze the impact of individual choices and new family structures, through the critical study of *Meus dois pais* (2010), by Walcyr Carrasco. As theoretical background we consulted Zilberman (2008; 2014), Colomer (2017), Candido (2006) among others. We intent to verify if these contemporaneous discussions, marked by equality, respect for differences and for the new homoaffective family structures, provide implements to the development of infantile readers.

Keywords: children's literature; Brazilian contemporary literature; homoaffectiveness; *Meus dois pais*.